



V ENJIE

Encontro Nacional de Jovens
Investigadores em Educação

Livro de Atas





V ENJIE

Encontro Nacional de Jovens
Investigadores em Educação

Livro de Atas

Ficha Técnica

Título: Livro de Atas do V ENJIE: Investigação em Educação e Responsabilidade Social - vozes dos jovens investigadores

Organizadoras: Maria Helena Araújo e Sá & Lina Morgado

Design e paginação: Joana Pereira

Editora:

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Documentação, Informação Documental e Museologia

1ª edição - fevereiro 2022

ISBN: 978-972-789-731-5

DOI: <https://doi.org/10.48528/tr7a-j538>

Os textos desta publicação são decorrentes dos resumos apresentados pelos autores durante V Encontro de Jovens Investigadores em Educação, publicados no Livro de Resumos disponível em https://enjie.pt/2021/wp-content/uploads/2021/04/V-ENJIE_Layout-livro-resumos_VF_compressed.pdf, e foram revistos e aprovados por pares. As versões finais são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00194/2020 e UIDP/00194/2020, UIDB/04372/2020 e UIDP/04372/2020

RESSIGNIFICAR OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÉNERO E SEXUALIDADE EM AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO DISTRITO DE AVEIRO: UMA PROPOSTA CONSTRUTIVISTA PARA DOCENTES E ESTUDANTES DO ENSINO SECUNDÁRIO

Marcus Vinicius de Paula Pereira Junior

Programa Doutoral em Educação, Departamento de Educação e Psicologia,
Universidade de Aveiro, Portugal.

m.junior@ua.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1049-7228>

Maria Filomena Rodrigues Teixeira

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Coimbra
Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de
Formadores, Universidade de Aveiro, Portugal.

filomena@esec.pt

<https://orcid.org/0000-0001-7374-3671>

Tatiana Galieta Nascimento

Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil.

tatigalieta@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3822-1947>

Resumo

A humanidade tem atravessado importantes transformações onde se ressaltam avanços na resignificação das questões de género e sexualidade e a rutura de práticas que permeiam a heteronorma-

tividade e o binarismo. Tais mudanças têm ocorrido em diferentes contextos, incluindo a escola e onde, no âmbito deste projeto, importa entender como esta se vem adaptando às mudanças no universo das relações de género e sexualidade e como pensam e se posicionam docentes e estudantes, muitas vezes reprodutores/as de discursos discriminatórios. Este projeto tem por objetivos: *i)* apreender sobre a resignificação de pensamentos, comportamentos e práticas de docentes e estudantes do ensino secundário de agrupamentos de escolas do Distrito de Aveiro, relativamente às questões de género e sexualidade; *ii)* avaliar através de entrevistas semiestruturadas e numa perspetiva interdisciplinar e transdisciplinar como docentes reproduzem ou resignificam as relações de género e sexualidade, com influência direta na construção de um processo educacional mais inclusivo; *iii)* analisar, através de inquéritos específicos, como estudantes reproduzem atitudes excludentes que, muitas vezes, resultam de comportamentos sustentados no próprio meio escolar. A partir da coleta e análise de dados e pensando em estratégias de intervenção, propõe-se: *i)* a implementação de atividades de formação destinadas a docentes e estudantes que, no quadro dos direitos humanos, contribuam para o acompanhamento das mudanças atuais nas políticas de subjetivação das questões de género e sexualidade; *ii)* a promoção de uma consciencialização extra-muros, através de propostas de sensibilização da comunidade local, envolvendo ativamente o público estudantil. Tratando-se de um projeto que une investigação através de estudos de caso e intervenção, de cariz transversal, descritivo, interpretativo e de recolha e análise de natureza mista de dados, propõe-se a aplicação de inquéritos e entrevistas centrados na temática, bem como atividades de formação e divulgação que contem com a participação ativa do espaço escolar e que se integrem à comunidade. Pretende-se desta forma que seja possível contribuir para mudanças significativas na promoção e difusão do conhecimento nas escolas quanto às relações de género e sexualidade, com reflexo na comunidade, confirmando o papel da Educação na promoção da inclusão, do respeito mútuo e da diversidade, com um olhar mais crítico sobre atitudes direcionadas às mulheres e a pessoas LGBTQIAP+.

Palavras-chave: Género; Sexualidade; Escola; Docentes; Estudantes.

Introdução

Há séculos que a sociedade estrutura-se numa lógica binária, nomeadamente na disposição de discursos e atitudes que consideram apenas os géneros masculino e feminino. Facto é que a busca por esclarecimentos mais sólidos sobre a existência de uma multiplicidade

nas relações de género e sexualidade é relativamente recente e, desta forma, são crescentes as diversas críticas ao binarismo e à manutenção de um viés estrutural responsável pela produção de tantas práticas sociais ainda fortemente vinculadas a esta condição. Compreende-se que o mundo também desenvolve-se sobre a égide da heteronormatividade, entendida como a organização social através de padrões de comportamentos heterossexuais considerados como dominantes, havendo a reprodução pela sociedade de valores e normas que inserem-se neste contexto e cujos indivíduos que não se adequam a este “padrão” acabam marginalizados (Aleshire, 2016; Newman, 2002; Souza & Pereira, 2013).

Contextualização teórica

Contexto histórico-social

É consideravelmente recente a preocupação de instituições de importância global a respeito das relações de género e sexualidade. Destaca-se a primeira resolução sobre orientação sexual e identidade de género do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, publicada em junho de 2011 e com uma repercussão historicamente positiva, onde, segundo dados da Organização das Nações Unidas, atualmente cerca de 94 países apoiam/assinam a Declaração dos Direitos LGBT e a Resolução do Conselho de Direitos Humanos de 2011 sobre os direitos LGBT, incluindo praticamente todos os países das Américas, Europa e, em menor escala, Oceania, Ásia e África (ONU – Livres & Iguais, 2020). Segundo Oliveira et al. (2019), a Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta para o fato de que “é importante reconhecer identidades que não se enquadrem no binarismo das categorias sexuais: feminino ou masculino”. Se observarmos com atenção, a história da civilização humana fez-se desde sempre dentro deste contexto binário, com as suas variantes silenciadas e, até mesmo, rejeitadas. Ressalta-se historicamente que, na construção do pensamento ocidental a partir do século XVII, o binarismo sexual já se fazia em torno das diferenças entre as características do corpo humano masculino e feminino e que, desde então, foi-se fortalecendo a ideia de descontinuidade e oposição entre os corpos do homem e da mulher, como por exemplo a atribuição de nomes diferentes para os órgãos sexuais (Toneli, 2012).

Como exemplo, Castel (2001) destaca, em quatro fases, a estruturação do pensamento sobre sexualidade no século XX: a primeira fase,

ocorrendo na primeira metade do século e remontando às origens de caráter científico da sexologia e já de um processo de despenalização da homossexualidade, capitaneado pelo sexólogo Magnus Hirschfeld; a segunda fase, acompanhando o advento da endocrinologia e da aceitação de muitas teses sociológicas sobre a construção da identidade sexual, servindo de base solidificada para o fenômeno transexual; a terceira fase, entre os anos de 1945 e 1975, com a investigação conjunta de pesquisadores estadunidenses sobre o processo de socialização dos então “hermafroditas”, bem como de indivíduos com anomalias genéticas e de transexuais; e uma quarta fase que caracterizou-se por uma ruptura radical com o discurso de patologização do “transexualismo”, seguido do fortalecimento de uma análise por uma perspectiva neuroendocrinológica. É nesta mesma fase que surge o termo “transgenerismo”, incluindo transexuais, travestis e homossexuais de apresentação ambígua, com a cristalização de uma aspiração militante e das teorias culturais do gênero. Ressalta-se também os avanços históricos na década de 1990 em que, nos Estados Unidos surge o termo LGBT (sigla de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) e que passou a substituir a generalização do termo gay que, nos anos 80 e 90, englobava toda uma comunidade e que, nos anos 2000, substituiu outros termos usualmente conhecidos, nomeadamente as siglas LGB (lésbicas, gays e bissexuais) e GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). E atualmente o termo LGBT tornou-se uma variante resumida da sigla LGBTQIAP+, que adiciona ao termo citado a sexualidade *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais e o símbolo “+” como representante de outras variantes.

É um fato que, dentro de um contexto biopsicossocial, os seres humanos tendem a adequar-se às exigências da sociedade em que estão inseridos, no que tange aos comportamentos que são aprovados ou não. Segundo um guia prático da Sociedade Brasileira de Pediatria (Azevedo, 2017), a filósofa Judith Butler chama atenção para o facto de que o comportamento global do modelo heteronormativo de viver, empregado através de discursos políticos e sociais e não por uma ordem natural, tem por base “equilibrar” o sexo biológico e o gênero vinculado pelo desejo e prática sexual. Butler sublinha que os seres humanos são tão capazes de repetir estas práticas ou mesmo de subvertê-las, construindo as suas formas identitárias para a sua posição no mundo. O choque deste processo ocorre exatamente quando não são cedidas as condições mínimas para que esta possibilidade de subversão ocorra, e pior, que se critique fortemente tal posição. Adicionalmente, importa também destacar o alerta para um conjunto de

práticas de violência, agressão e outros comportamentos direcionados para a população LGBT em virtude de uma repulsa por parte dos/das agressores/as por quem não expressa propriamente sua sexualidade de maneira heterossexual e cisgénera (Teixeira & Maia, 2019). Como exemplo cita-se a homofobia, prática discriminatória direcionada para gays e lésbicas, a bifobia, direcionada para bissexuais, e a transfo-bia, direcionada para homens e mulheres trans. Refletir sobre estes conceitos é dar um passo adiante em uma luta que envolve grande parte de uma sociedade ainda silenciada em muitos aspetos.

Escola e subjetividade

As questões de género e sexualidade têm sido alvo de orientações em escala internacional. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicou, em 2009, um documento (revisto em 2018), que reúne princípios e objetivos de aprendizagem para implementação da educação em sexualidade nas escolas, permitindo que crianças e jovens possuam conhecimentos, competências e valores que lhes permitam responsabilizar-se sobre seus comportamentos, sem pôr em causa o respeito pela igualdade e pluralidade. No mesmo sentido, recentemente o Conselho da Europa elaborou uma recomendação de prevenção do sexismo (Recomendação CM/rec, Council of Europe, 2019). A escola possui um papel eminentemente social e cada vez mais importante nas diferentes possibilidades de espaços que ocupa. E esta missão agregadora contribui para que sejam estruturados ambientes mais inclusivos e atentos às diferentes exigências que se apresentam, principalmente quando da observação de uma pluralidade do público estudantil. Entretanto ainda são inúmeras as barreiras que travam este potencial integrador da heterogeneidade da população escolar, podendo ter origem a partir de diferentes circunstâncias e contingências. Em uma investigação de 2012, Picanço e Almeida projetam este entendimento num enfoque sociológico, numa relação entre a escola e os núcleos familiares que pode ser tanto colaborativa como também conflituosa. Imaginar uma integração entre os valores individuais provenientes da educação familiar e os valores coletivos apresentados em âmbito escolar é atravessar uma gama de possibilidades que devem ser consideradas, uma vez que entendemos família a partir de um pressuposto teórico, mas que, por vezes, desconsidera por completo as possíveis variantes existentes.

No campo da construção de cidadãos e cidadãs conscientes, críticos/as e participantes da sociedade, a escola também possui uma posição fulcral, principalmente ao se pensar sobre a construção dos processos de subjetivação de crianças e adolescentes. Segundo as linhas orientadoras da Direção Geral da Educação da República Portuguesa (2013), o espaço escolar é atravessado por diversas dimensões, designadamente a educação para o desenvolvimento, para os direitos humanos, para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, para a saúde, para o empreendedorismo, para as relações interculturais e para a sexualidade. Ou seja, pode-se afirmar que os sujeitos escolares são capazes de assimilar os diferentes contextos que se apresentam nos processos de ensino e aprendizagem e, diante deste cenário, é preciso levantar constantes questionamentos sobre se o processo educacional escolar português vem cumprindo tais pressupostos, o que, obviamente, não é uma questão linear e tão prática quanto parece.

É também um aspeto importante como os/as docentes podem influenciar ativamente na dinâmica de estruturação da subjetividade de estudantes. No que respeita à formação docente, Díez-Gutiérrez (2020) destacou a influência ideológica de docentes de universidades espanholas sobre a construção do perfil de docentes, sendo importante fator no processo de ensino e de aprendizagem difundido nas escolas e na consequente formação subjetiva de estudantes. Quanto à atuação de docentes, Vilaça (2014) e Araújo et al. (2019) investigaram a prática docente nos Ensinos Básico e Secundário de escolas portuguesas nas perceções de docentes sobre a importância dos recursos didáticos utilizados como relevantes no processo de subjetivação de estudantes.

Diante desta complexidade sistemática que compreende a triangulação família-sujeito-escola, infelizmente pode-se observar que o espaço escolar mantém por muitas vezes processos que violam constantemente o respeito às questões de género e sexualidade. Sobre a manutenção de questões perpetuadoras de assédio em diferentes espaços, incluindo a escola, Teixeira e Marques (2019) analisaram o comportamento quotidiano de estudantes do ensino secundário de uma escola pública quanto à prática do piropo, evidenciando que este costume acaba por reproduzir um comportamento repulsivo e que, obviamente, atravessa as questões de género. Quanto à sexualidade e a formação subjetiva de adolescentes, Carvalho e Teixeira (2019) contribuíram para o entendimento sobre como uma série televisiva pode

influenciar na manutenção de comportamentos LGBTfóbicos. Num olhar mais abrangente das questões de género e sua inserção nas relações entre a ciência e a sociedade, Teixeira e Marques (2017), em uma perspetiva voltada para a Biologia e questões de género, alertaram ainda para a manutenção do pensamento androcéntrico na formação da sociedade e da inferiorização do sexo feminino e em como esta dinâmica atravessa a componente curricular das escolas, levantando-se a necessidade de mudanças, tendo como exemplo o reconhecimento da importância das mulheres no cenário científico-tecnológico.

Questões e objetivos

No âmbito desta investigação, ressaltam-se algumas questões:

- i) Estariam os núcleos familiares tentando proteger seus filhos e filhas referente ao que se pode considerar relevante quanto à componente curricular das escolas, onde temas como género e sexualidade podem gerar conflitos ao atravessarem princípios pautados em supostos valores nucleares?
- ii) Estariam os e as docentes desconsiderando e, conseqüentemente, desvalorizando as questões de género e sexualidade, comprometendo assim uma construção plena de conhecimentos em consonância com o enquadramento legal existente?
- iii) Estariam os e as estudantes mantendo práticas discriminatórias advindas de outros espaços ou do próprio ambiente escolar?
- iv) Existe a possibilidade de utilizar estratégias no ambiente escolar que permitam um olhar mais sensível sobre as relações de género e sexualidade e que possibilitem a promoção do respeito e da igualdade?

Assim, constitui objetivo principal deste trabalho um olhar sobre a ressignificação de pensamentos, comportamentos e práticas de docentes e estudantes do Ensino Secundário em um Agrupamento de Escolas de Aveiro, relativamente a questões de género e sexualidade. Pensando em iniciativas socioconstrutivistas que contribuam para uma transformação que tenha início na escola, mas que se estenda à comunidade, são objetivos específicos a avaliação, numa perspetiva interdisciplinar e transdisciplinar, como docentes em suas atividades didáticas reproduzem ou ressignificam relações de género

e sexualidade, com influência direta na construção de um processo educacional condizente, inclusivo e em consonância com a realidade transicional vigente, bem como compreender como estudantes reproduzem pensamentos e práticas discriminatórias e que, muitas vezes, resultam de comportamentos sustentados no próprio meio escolar. Adicionalmente e pensando numa proposta de intervenção que una a escola e a comunidade, pretende-se propor a implementação de atividades de formação destinadas a docentes e estudantes que, no quadro dos direitos humanos, contribuam para as mudanças atuais nas políticas de subjetivação das questões de género e sexualidade e, objetivando uma consciencialização extramuros, promover a divulgação de propostas de sensibilização e consciencialização da comunidade local, envolvendo ativamente estudantes partícipes do projeto.

Metodologia

1) Participantes

Tratando-se de um projeto em fase inicial de investigação, com estratégia essencialmente transversal, descritiva, interpretativa, de recolha e análise de natureza mista (sequencial) de dados e, posteriormente, visando a elaboração de proposta educativas de intervenção, pretende-se um planeamento de trabalho a partir de dois grupos: estudantes do Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos) e respetivos docentes. Espera-se um quantitativo de estudantes ($M = 16$ anos, $DP = 2$ anos) e docentes (sem critério de exclusão de faixa etária) de agrupamentos de escolas do Distrito de Aveiro, de forma a percecionar posicionamentos diversos sobre as questões de género e sexualidade relativos aos dois públicos-alvo do estudo.

2) Questões éticas

Este desenho de investigação perpassa o desenvolvimento de propostas em âmbito escolar, nomeadamente a recolha de dados através de inquéritos por questionário que auscultam estudantes e docentes. Prezando pela privacidade, segurança e confidencialidade de dados pessoais e tendo por base o Regulamento (UE) 2016/679, nomeadamente o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD),

para efetuar a execução desta proposta metodológica será necessário formalizar o pedido de autorização através de submissão de parecer ao Conselho de Ética e Deontologia (CED-UA) da Universidade de Aveiro. Obtendo-se aprovação da universidade, o projeto também será submetido ao Ministério de Educação através do Sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar da Direção-Geral de Educação (MIME-DGE). Após aprovação das instâncias máximas, visa-se um contacto inicial com agrupamentos de escolas para a devida apresentação do projeto e a formalização da colaboração. A aplicação de inquéritos por questionário na escola deverá ocorrer ao abrigo do Despacho nº 15847/2007 do Ministério da Educação, para análise inicial de variáveis sociodemográficas, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro com questões abertas e com possibilidade de inclusão de perguntas inseridas no eixo temático das relações de género e sexualidade.

3) Instrumentos e medidas

Através da abordagem da técnica do diário do investigador de recolha de registos de observação para o levantamento de dados nas escolas (Coutinho, 2008) proceder-se-á a identificação na escola de projetos em Educação em Sexualidade, em consonância com a Lei nº 60/2009 que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Adicionalmente serão aplicados questionários, com recurso ao software Limesurvey da Universidade de Aveiro (em acordo com o RGPD), para uma análise inicial de variáveis sociodemográficas como, por exemplo “Idade”, “Sexo” ou “Possui internet em casa?”, bem como a realização de inquérito e entrevistas semiestruturadas tendo por base o Guião de Educação – Género e Cidadania proposto por Cardona et al. (2015) com questões inseridas no eixo temático sobre género e sexualidade, tendo como exemplos de perguntas para estudantes: “O que entende sobre orientação sexual?”, “Qual a sua opinião sobre pessoas que se sentem atraídas por alguém do mesmo sexo?” ou “Sabe o que é um homem ou uma mulher trans?”; e exemplos de perguntas destinadas a docentes: “Considera que homens e mulheres possuem oportunidades iguais?”, “O que sabe sobre os conceitos de binarismo e heteronormatividade?” ou “Já teve algum/a estudante trans em sua sala de aula?”. Importa ressaltar que o inquérito será acompanhado de um consentimento informado referente a aspetos de

confidencialidade, anonimato, e explicitação do estudo em questão e, para além disso, será ainda sublinhado a possibilidade de desistência dos participantes a qualquer momento do estudo. Posteriormente, os dados recolhidos serão sujeitos a uma análise estatística detalhada através do *software Statistical Package for the Social Sciences*, da *International Business Machine* (IBM® SPSS®).

4) Formação e divulgação

A partir de um *feedback* obtido através das respostas aos inquéritos pretende-se a proposição de atividades que envolvam docentes e estudantes e que estejam inseridas no campo da consciencialização acerca das relações de género e sexualidade, fundamentadas em investigações nacionais e internacionais (Gesser et al., 2012; Matos et al., 2014), que visem a inclusão social e a reflexão sobre pensamentos e práticas direcionadas a mulheres e ao público LGBTQIAP+. Adicionalmente será proposta uma atividade de divulgação, com participação ativa de estudantes, tendo como eixo principal a integração escola-comunidade na sensibilização e no combate ao preconceito e discriminação da mulher e do público LGBTQIAP+, visando uma consciencialização mais ampla e ativa no respeito pelo bem comum e tendo por base fundamentação proposta por Dayrell e colaboradores (2012).

Considerações finais

Através do desenvolvimento deste projeto se pretende observar atentamente uma dinâmica de resignificação de pensamentos, comportamentos e práticas de docentes e estudantes do ensino secundário de agrupamentos de escolas do Distrito de Aveiro, relativamente às questões de género e sexualidade, bem como implementar iniciativas socioconstrutivistas que contribuam para uma transformação de pensamentos estruturais e estruturantes sobre tais variáveis, que tenha início na escola e com reflexo na comunidade. Numa perspetiva interdisciplinar e transdisciplinar, importa compreender as práticas docentes acerca da temática, com influência direta na construção de um processo educacional condizente e em consonância com a realidade transicional vigente, bem como analisar como estudantes reproduzem pensamentos e práticas discriminatórias e que, muitas

vezes, resultam de comportamentos sustentados no próprio meio escolar. No quadro dos direitos humanos, se pretende com esta iniciativa contribuir para as mudanças atuais nas políticas de subjetivação das questões de género e sexualidade, promovendo a sensibilização e a consciencialização de docentes e estudantes, confirmando o espaço escolar como um ambiente agregador, promotor da diversidade, do respeito e que assegura a Educação como ferramenta fundamental no processo de inclusão dos diferentes participantes da sociedade.

Referências

- Aleshire, M. E. (2016). Sexual orientation, gender identity, and gender expression: What are they? *Journal for Nurse Practitioners*, 12(7), 329–330. <https://doi.org/10.1016/j.nurpra.2016.03.016>
- Araújo, M., Rossi, C., & Teixeira, F. (2019). O saber fazer docente em educação para a sexualidade na educação básica: um paralelo entre Portugal e Brasil. *Revista Ibero-Americana em Estudos em Educação*, 14(2), 1410-1426. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12608>
- Azevedo, A. E. (2017). Disforia de Género. *Guia Prático de Atualização da Sociedade Brasileira de Pediatria*, 4, 1-18. https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_-_Disforia_de_Genero.pdf
- Cardona, M., Nogueira, C., Vieira, C., Uva, M., Tavares, T. (2015) *Guião de Educação – Género e Cidadania: Pré-escolar*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/10/398_15_Guiao_Pre_escolar.pdf
- Carvalho, M., & Teixeira, F. (2019). Orientação sexual e homofobia na série televisiva Glee. *Ensino em Re-Vista*, 26(1), 173-191. <http://dx.doi.org/10.14393/ER-v26n1a2019-8>
- Castel, P. H. (2001). Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, 21(41), 77-111. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000200005>
- Council of Europe (2019). *Recommendation of the Committee of Ministers to member States on preventing and combating sexism*. <https://rm.coe.int/16809e1b65>
- Coutinho, C. P. (2008). A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. *Educação Unisinos*, 12(1), 5-15. <https://doi.org/10.4013/5291>
- Dayrell, J., Nogueira, M., Resende, J., & Vieira, M. (2012). Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal. *Revista Educação Pública*, 25(58), 344-371. <https://core.ac.uk/download/pdf/229920802.pdf>
- Díez-Gutierrez, E. (2020). Ideología en la formación inicial docente. *Revista Ibero-Americana de Educación*, 82(2), 9-25. <https://10.18675/1981-8106.vol24.n45.p23-39>

- Direção Geral de Educação (2013). *Educação para a Cidadania – linhas orientadoras*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf
- Gesser, M., Oltramari, L., Cord, D., & Nuernberg, A. (2012). Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16(2), 229-236. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000200005>
- Matos, M., Reis, M., Ramiro, L., Ribeiro, J., & Leal, I. (2014). Educação sexual em Portugal: Legislação e avaliação da implementação nas escolas. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(2), 335-355. <http://dx.doi.org/10.15309/14psd150203>
- Ministério da Educação (2007). *Despacho nº 15847/2007, Diário da República – 2ª série, 140*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/DSPE/mime/despacho_n_15_846_de_2007.pdf
- Newman, L. K. (2002). Sex, gender and culture: Issues in the definition, assessment and treatment of gender identity disorder. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 7(3), 352–359. <https://doi.org/10.1177/1359104502007003004>
- Oliveira, A., Vilaça, A., & Gonçalves, D. (2019). Da transexualidade à disforia de gênero: protocolo de abordagem e orientação nos cuidados de saúde primários. *Revisões da Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 35, 210-222. <http://dx.doi.org/10.32385/rpmgf.v35i3.12105>
- Picanço, A., & Almeida, J. (2012). *A relação entre escola e família – As suas implicações no processo de ensino-aprendizagem* [Master's thesis, Escola Superior de Educação João de Deus]. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2264/1/AnaPicanco.pdf>
- República Portuguesa (2009). *Decreto de Lei nº 60/2009 de 6 de agosto de 2009 da Assembleia da República. Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar*. Diário da República nº 151/2009, Série I. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/lei_60_2009.pdf
- Souza, E., & Pereira, S. (2013). (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *Revista de Administração Mackenzie*, 14(4), 76-105. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712013000400004>
- Teixeira, F., & Marques, F. M. (2017) Biologia e gênero: Outros olhares. In: C. Vieira, C. Nogueira, F. Henriques, F. Marques, F. Vicente, F. Teixeira, L. Coelho, M. Duarte, M. Loureiro, P. Silva, R. Monteiro, T. Tavares, T. Pinto, T. Toldy e V. Ferreira, *Conhecimento, Gênero e Cidadania no Ensino Secundário – Guia de Educação*, 249-310. <https://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencial/doc/cidadania-e-igualdade-de-genero/guioes-de-educacao-genero-e-cidadania>
- Teixeira, F., & Marques, F. (2019). Metáforas da virilidade: O piropo na educação em sexualidade com perspetiva de gênero. In: *Tecituras sobre corpos, gêneros e sexualidade no espaço escolar*, 171-188, Editora da FURG. <https://www.researchgate.net/publication/339313275>
- Teixeira, R., & Maia, A. (2019). *Criminalização da LGBTfobia: uma análise comportamental de projetos de lei* [Master's thesis, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"]. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190920/teixeira_rs_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y

- Toneli, M. J. (2012) Gênero e sexualidade: história, condições e lugares. In: Jacó-Vilela, A.; Sato, L. *Diálogos em Psicologia Social [online]*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 147-167. <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-12.pdf>
- UNESCO (2009). *Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: Uma abordagem baseada em evidências*. (2ª Ed.). Paris. <https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/369308por.pdf>
- União Européia (2016). *Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral de Proteção de Dados)*. <http://data.europa.eu/eli/reg/2016/679/oj>
- Vilaça, T. (2014) Percepções de professores/as sobre as diferenças de género na educação em sexualidade em escolas portuguesas. *Educação: teoria e prática*, 24(45), 23-39. <https://10.18675/1981-8106.vol24.n45.p23-39>